UNI-RN

LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ELISIANE BORGES DE OLIVEIRA

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICABILIDADE DA ITG 2002 NA INSTITUIÇÃO *CASA DO BEM DE NATAL*

NATAL/RN
2013

UNI-RN

ELISIANE BORGES DE OLIVEIRA

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICABILIDADE DA ITG 2002 NA INSTITUIÇÃO *CASA DO BEM DE NATAL*

Catalogação na Publicação - Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Esp. Lis Daiana Bessa Taveira.

NATAL/RN

2013

UNI-RN
BIBLIOTECA
RB: 29238
Cód de Barra: 1002050
Data: 28 / 02 / 14

M
657
048u
2013

Catalogação na Publicação – Biblioteca do UNI-RN
Setor de Processos Técnicos

Oliveira, Elisiane Borges de.
Um estudo de caso sobre a aplicabilidade da ITG 2002 na instituição Casa do Bem de Natal. / Elisiane Borges de Oliveira. – Natal, 2013.
38 f.

Orientador (a): Profª. Esp. Lis Daiana Bessa Taveira.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1. Ciências Contábeis – Monografia. 2. Terceiro Setor – Monografia. 3. Prestação de Contas – Monografia. I. Taveira, Lis Daiana Bessa. II. Título.

RN/UNI-RN/BC CDU 657

UNI-RN

ELISIANE BORGES DE OLIVEIRA

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICABILIDADE DA ITG 2002 NA INSTITUIÇÃO *CASA DO BEM DE NATAL*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário do Rio Grande do Norte como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis

Aprovada em: Natal, ___ de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Professora: esp. Lis Daiana Bessa Taveira
Centro Universitário do Rio Grande do Norte
Orientadora

Prof.
Centro Universitário do Rio Grande do Norte
Membro

Prof.
Centro Universitário do Rio Grande do Norte
Membro

Dedico este trabalho aos meus pais por terem sempre me educado com tanto amor e me incentivado aos estudos. A Deus por ter me concedido força para enfrentar os desafios encontrados nesta trajetória e a minha família que esteve ao meu lado me apoiando durante todo esta caminhada.

UNI-RN

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Eliza e José Borges, que são minha base e a quem devo minha vida. Sem a dedicação, amor, carinho e esforço a mim direcionados eu jamais teria chegado aonde cheguei. A eles devo tudo o que sou e cada vitória já conquistada em minha vida. Espelho-me neles, meus maiores exemplos de minha vida, e quem eu amo incondicionalmente!

Aos meus irmãos, Elizângela, Eduardo e Eloiza que sempre me incentivaram e me mostraram o melhor caminho a ser trilhado. A todos os meus familiares, agradeço pelo apoio e carinho que dedicam a mim.

Gostaria de agradecer também a todos os meus amigos que compartilharam comigo momentos bons, e que, distantes ou não, fazem com que minha trajetória seja mais prazerosa e alegre. Graças a eles, tenho muitos momentos bons para lembrar.

Também agradeço ao Ivanildo Júnior por todo carinho e compreensão e por sempre ter acreditado em meu potencial, me apoiando em cada decisão que tomei, sendo meu grande amigo e companheiro.

Agradeço também a minha professora orientadora esp. Lis Daiana Bessa Taveira que me auxiliou na realização deste trabalho, sendo sempre atenciosa e preocupada com a construção deste projeto, a quem sou grata por ter me acompanhado e me incentivado durante esta etapa.

Ainda gostaria de agradecer ao presidente da instituição Casa do Bem de Natal, o Srº. Flávio Rezende, pois me recebeu abertamente, auxiliando na realização de meu estudo de caso. Por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado, meu eterno agradecimento.

RESUMO

O terceiro setor surgiu de uma necessidade da iniciativa privada em promover ações voltadas para o âmbito social, educacional, cultural e ambiental, em busca de subsidiar a qualidade dos serviços públicos, que estão cada vez mais ineficientes. Estas entidades procuram, de forma voluntária, construir um bem comum, mediante ações, projetos e serviços no âmbito social, sem visar lucros aos seus sócios. O terceiro setor é composto pelas fundações e as associações, as quais formam uma variedade de instituições privadas que atuam em diversas áreas de interesse público. A contabilidade pode desempenhar um papel importantíssimo no atendimento às dificuldades enfrentadas por estas entidades do terceiro setor, pois é necessária para atender exigências formais e legais atribuídas a estas instituições, bem como contribui na gestão, controle e planejamento de suas atividades, demonstrando transparência e confiabilidade as mesmas, uma vez que a maioria dos recursos é captada de terceiros. Este trabalho tem como objetivo investigar se a contabilidade da Instituição Casa do Bem de Natal está sendo executada em conformidade com a ITG 2002. Também pretende elucidar o que significa o terceiro setor, quais entidades compõem este setor, sua relevância para a sociedade, seus aspectos formais e legais, bem como delinear a importância e a atuação da contabilidade neste setor. Em sua metodologia foram utilizadas: análises documentais, pesquisas bibliográficas, legislação vigente, pesquisa de campo e aplicação de questionários. Em síntese, com a elaboração deste trabalho podemos abordar aspectos relevantes, bem como um estudo aprofundado de como a instituição Casa do Bem de Natal está executando sua contabilidade. Além disso, pode-se inferir que o terceiro setor está crescendo em todo mundo e, também, no Brasil, mas de forma lenta, devido à postura do estado em constituir obstáculos, como a "burocracia" na liberação de registros e certificados. Diante disso, a contabilidade voltada para esse setor, é essencial, visando além de atender exigências formais e legais, prestar uma informação de qualidade, garantindo transparência e confiabilidade nas atividades desenvolvidas por estas entidades.

PALAVRAS-CHAVES: Terceiro setor, Contabilidade, Prestação de contas, ITG 2002, Transparência.

ABSTRACT

The third sector has emerged a need for private initiative to promote actions aimed at social, educational, cultural and environmental context, seeking to subsidize the quality of public services, which are increasingly inefficient. These entities seek a voluntary basis, to build a common good through activities, projects and services in the social sphere, without the pressure of profits to its shareholders. The third sector is made by foundations and associations, which form a variety of private institutions working in diverse areas of public interest. The accounting can play an important role in meeting the difficulties faced by these third sector entities, it is necessary to attend formal and legal requirements attached to those institutions and helps in the management, control and planning of its activities, demonstrating transparency and reliability the same, since the majority of the resources is abstracted from a third party. This paper aims to investigate whether the accounts of the Institution House Well Christmas is being performed in accordance with the ITG 2002. It also intends to elucidate which means the third sector entities which make up this industry, its relevance to society, its formal and legal aspects, as well as outlining the importance and role of accounting in this sector. In its methodology were used: documentary analysis, library research, legislation, fieldwork and questionnaires. In summary, with the preparation of this paper we address relevant aspects, as well as a detailed study of how the institution of the House Well Christmas is running their accounts. Moreover, it can be inferred that the third sector is booming worldwide and also in Brazil, but slowly, due to the posture of the state in constituting obstacles as "red tape" in the release of records and certificates. Given this, facing this sector, accounting is essentially aimed besides attending formal and legal requirements, provide quality information, ensuring transparency and accountability in the activities undertaken by these entities.

KEYWORDS: Third Sector, Accounting, Accountability, ITG 2002 Transparency.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01- Divisão das Pessoas Jurídicas no Brasil..... 19

LISTA DE TABELAS

TABELA 01- Classificação das ONG's no Brasil 21

TABELA 02 - Diferenças entre imunidade e isenção..... 27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA 10

1.2 OBJETIVOS 12

1.2.1 Objetivo Geral 12

1.2.2 Objetivos Específicos 12

1.3 JUSTIFICATIVA 13

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE 14

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 16

3.1 ABORDAGEM CONCEITUAL E SURGIMENTO HISTÓRICO 16

3.2 TERCEIRO SETOR NO BRASIL 19

3.3 O PAPEL DA CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR 21

3.4 INTERPRETAÇÃO TÉCNICA GERAL - ITG 2002 23

3.5 IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA 25

4 METODOLOGIA CIENTIFICA 28

4.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA 28

4.2 COLETA DE DADOS 28

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS 30

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 34

7 REFERÊNCIAS 36

8 APÊNDICES 39

8.1 QUESTIONÁRIO 40

8.2 CARTA DE CONSENTIMENTO 41

8.3 FOTOS 42

UNI-RN

1 INTRODUÇÃO

A estrutura econômica existente no Brasil atualmente divide-se em três setores da economia, sendo o primeiro representado pelo estado, que é o responsável por promover os serviços essenciais à população, como habitação, emprego, saúde, justiça e segurança pública, onde busca, por sua vez, proporcionar qualidade de vida à população e manter o bem estar social. O segundo setor é formado pelas empresas privadas, ou seja, as sociedades empresárias, que têm como principal objetivo, a obtenção de lucros. E o terceiro setor que são as organizações não governamentais, de iniciativa privada, mas que realizam atividades complementares às desempenhadas pelo estado, com o intuito de sanar os problemas sociais. Diante disto, se destaca o terceiro setor, que de acordo com Falconer (2004), o campo de pesquisas deste segmento é uma das áreas mais novas das Ciências Sociais, mas é uma área promissora no campo de pesquisas, pois trata de questões de cunho social e que atinge diretamente o cidadão.

Ao longo do tempo o estado tem desempenhado atividades que não são da sua responsabilidade, fazendo aumentar assim as suas atribuições sem que haja uma estrutura adequada para satisfazer as necessidades da população. Desta forma contribui bastante para o aumento da corrupção e o enfraquecimento da moral pública.

Em decorrência deste fato, o Terceiro Setor (Entidades sem fins lucrativos) passa a ganhar cada vez mais espaço na sociedade, em busca de subsidiar a qualidade dos serviços públicos, que estão, em algumas regiões, cada vez mais ineficientes. Estas entidades procuram, de forma voluntária, construir um bem comum, mediante ações, projetos e serviços no âmbito social, sem visar lucros aos seus sócios. Contudo, é notória a presença de uma carência na gestão destas organizações, visto que, não há uma capacitação gerencial eficaz, isto, dificulta o seu desempenho, pois é preciso planejar e avaliar os seus resultados mediante as respostas de seu gerenciamento. Uma vez que, caso não haja uma prestação de contas transparente e bem elaborada, a entidade perde a credibilidade e confiança por parte dos seus usuários, enfraquecendo assim o seu funcionamento.

Para superar os desafios existentes se faz necessário que as entidades sem fins lucrativos adotem práticas de contabilidade consistentes e eficazes, segundo a ITG 2002, a qual descreve acerca de procedimentos de elaboração de relatórios e demonstrações financeiras, bem como dando as diretrizes no que tange a evidenciação de uma informação confiável, que retrate a realidade da organização, bem como auxiliem aos gestores na tomada de decisões. Diante disto, seu desempenho poderá ser avaliado, e observado se os recursos

estão sendo aplicados de forma correta na execução dos serviços prestados. Embora estas ONG'S não tenham pretensões lucrativas, elas precisam gerenciar seus recursos de forma correta para poder garantir seu funcionamento e sua existência. Com isso as entidades terão acesso às políticas públicas com maior facilidade, poderão adquirir mais recursos, terão maior visibilidade perante a sociedade e conquistarão cada vez mais adeptos. Dada a importância das entidades do terceiro setor perante a sociedade e a economia, sabemos que são cada vez maiores as verbas alocadas para este setor, seja por instituições de financiamento custeadas por empresas ou pessoas, seja pelo apoio dos governos por meio do termo de parcerias ou contrato de gestão, ou pela geração de receita atrelada à própria atuação deste setor. Dessa forma a contabilidade se torna essencial a estas empresas, pois é necessário registrar e construir demonstrações e relatórios contábeis que retratem com fidelidade o destino destes recursos. Desta forma surge uma questão que demonstra a importância deste trabalho: **A contabilidade da Instituição Casa Do Bem De Natal está sendo executada em conformidade com a ITG 2002?**

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é averiguar se a contabilidade da instituição Casa do Bem de Natal está atendendo as especificações da ITG 2002 (entidades sem finalidade de lucros).

1.1.2 Objetivos específicos

- Investigar como são elaboradas as demonstrações contábeis da Organização Casa do Bem de Natal;

- Analisar as práticas contábeis adotadas pela instituição Casa do Bem de Natal;

- Explorar a estrutura das demonstrações contábeis da instituição Casa do Bem de Natal, de acordo com a ITG 2002.

UNI-RN

1.2 JUSTIFICATIVA

São diversas as concepções acerca do conceito das entidades do terceiro setor, mas em sua essência estão ligadas a uma questão social, com o intuito de promover mudanças na sociedade e até nos próprios indivíduos, onde buscam realizar ações de cunho social a porque não dizer de solidariedade. Trabalham em prol da efetivação das políticas públicas, que por vezes não são acessadas pela população devido à frágil eficiência do poder público.

Diante do exposto, é possível observar a importância e a função que estas entidades desempenham em nossa sociedade, e para que continuem funcionando efetivamente precisam adotar práticas de controle e gestão dos recursos existentes a sua disposição.

É desta forma surgi o papel da contabilidade dentro do terceiro setor, que se torna indispensável no que se refere à elaboração das demonstrações e relatórios que retratam o destino dos recursos recebidos por estas entidades. São diversos os recursos disponíveis para estas instituições, onde através de projetos elaborados em diversas áreas, podem ser captados para continuarem desempenhando suas atividades. Assim, é necessário cada vez mais transparência nas suas prestações de contas, pois os investidores ou doadores, e demais pessoas envolvidas com estas organizações irão observar se está havendo a correta aplicação destes recursos doados. E isto só poderá ser possível através de demonstrações contábeis feitas de forma transparente e confiável.

Sendo assim, este trabalho irá abordar questões voltadas para a importância da ciência contábil dentro de uma instituição do terceiro setor, a Casa do Bem de Natal, e as práticas contábeis adotadas por ela, e ainda, se estão sendo aplicadas de forma correta, em conformidade com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002; pois é esta Interpretação Técnica que rege todas as orientações a respeito da elaboração das demonstrações contábeis, e deve ser utilizada como referência na construção destes relatórios.

No Rio Grande do Norte hoje existe um número expressivo de ONGs, num total de 7.210, que prestam relevantes serviços para a população, e que geram empregos a uma grande quantidade de pessoas, e por isto é importante destacar que é necessário analisar as práticas adotadas por estas instituições na elaboração das suas demonstrações, para poder assegurar a transparência dos recursos e a continuidade das mesmas. Sendo assim a abordagem principal deste trabalho será focada em uma destas entidades do terceiro setor do estado do Rio Grande do Norte.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E SEU AMBIENTE

A Casa do Bem é uma organização não governamental que funciona na cidade do Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, que tem como objetivo ocupar jovens em situação de risco com atividades culturais, esportivas, educativas e sociais, desenvolvendo ainda diversos projetos para adolescentes, idosos e, ajudando ainda, com distribuição de alimentos, cursos, palestras e incentivado a sociedade a doar objetos, alimentos, roupas e utensílios domésticos para as pessoas carentes.

Atualmente mais de 30 projetos estão em andamento, mas diretamente, com cursos, atividades esportivas e culturais, atendendo 800 pessoas. Outras duas mil participam de passeios, por exemplo, de atividades de lazer, nas áreas cultural e turística. E, em sua sede social na Rua João XXIII, nº. 1719, em Mãe Luiza, atividades diversas podem ser feitas através de voluntários, tudo sem cobrança de taxas e sem interferência política e nem religiosa. Com o lema "Fazer o bem sem olhar a quem", a Casa do Bem, tem como presidente o escritor, jornalista e ativista social Flávio Rezende.Por causa de um sentimento intuitivo e também da boa vontade em ajudar pessoas que o procuravam, o jornalista, transformou um trabalho social iniciado há 21 anos num projeto concreto e sólido – a "Casa do Bem", que há pouco mais de 3 anos funciona numa sede própria, em Mãe Luiza, na zona Leste de Natal.

O ditado popular "faça o bem, sem olhar a quem" é o slogan pintado de preto e em letras garrafais na sede da "Casa do Bem Fernando Rezende", que leva o nome do dentista e pai do idealizador do projeto que, hoje, atende direta ou indiretamente 2.800 pessoas carentes, entre crianças, adolescentes e adultos residentes no bairro situado num morro dunar entre o mar e o bairro de Petrópolis.

A instituição confunde-se um pouco com a própria vida de 50 anos de Rezende, que se tornou uma ativista social depois, de certa época, ter decidido trocar Ponta Negra por Mãe Luiza. Ele não lembra a data, especificamente, mas foi na época do Cruzado, a moeda brasileira instituída no governo José Sarney nos anos 80, que tudo ocorreu: "Estava com um dinheiro para comprar, no dia seguinte, um terreno em Ponta Negra, mas passando pela Via Costeira, deu aquela 'intuição' e entrei em Mãe Luiza".

Já em Mãe Luiza, perguntou a uma pessoa, que ainda hoje mora em frente à "Casa do Bem", na rua João XXIII, se ali não tinha algum terreno ou casa para vender. O vizinho indicou uma senhora, dona Cecília Maria da Costa, hoje com 87 anos, e que é uma das beneficiadas do projeto de "Alfabetização e Inclusão Digital de Idosos", a qual, na época,

concordou em vender uma pequena casa "porque queria sair par morar" em outro bairro. Segundo Rezende, o terreno em Mãe Luiza era menor do que em Ponta Negra, "mas o valor era o mesmo", e fechou o negócio.

Já morando em Mãe Luiza, passou a conhecer os vizinhos, outras pessoas, e começou a perceber suas necessidades, como parentes que precisam ir a um posto de saúde, maternidade, chegam pedindo para deixá-lo em seu carro: "Nesse tempo não tinha Samu". Somente há 8 anos, esclareceu Rezende, foi que por influência de um amigo - "não tinha feito isso antes porque pensava que a burocracia era muito grande" – decidiu vincular o trabalho social à uma organização não-governamental, que funciona com o apoio de voluntários, que ministram os projetos e apoios institucional de empresas.

A sede própria, construída num terreno de 400 metros quadrados, foi comprado com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura Câmara Cascudo. Para manter as despesas com água, energia elétrica, telefone e outros custos, assinou um convênio, no valor de R$ 3 mil, com a prefeitura de Natal. Os servidores da "Casa do Bem" também são 12 voluntários, e do próprio bairro.

Tanto esforço foi recompensado, por exemplo, com a entrega à instituição, na categoria regional, do "Prêmio Nacional ANU" pela execução do projeto "Alfabetização e Inclusão de Idosos".

A Casa do Bem é de utilidade pública municipal, estadual, legalizada em todos os sentidos, possuindo ainda aval do Conselho Municipal de Assistência Social, além de fazer parte do programa Cidadão Nota 10 do Governo do Estado do RN.

UNI-RN

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Abordagem Conceitual e Surgimento histórico

Segundo Almeida e Espejo (2012), o Terceiro Setor surgiu de forma paralela aos demais setores (primeiro, poder público e segundo, as empresas privadas), tanto no Brasil quanto no mundo. Estas entidades são caracterizadas por não terem objetivo de gerar lucros, mas o bem estar social do meio que está envolvida.

A atuação destas entidades teve início no final do século XIX, todavia no Brasil só começam a se consolidar entre as décadas de 1960 e 1970, mas realmente só ganham força e um considerado crescimento nas décadas de 1980 e 1990. Este crescimento só pôde ganhar força nas décadas de 1990 devido as repressões político-partidárias da época, impostas pelo governo militar. Assim as igrejas que contavam com o apoio do governo, eram responsáveis pela maioria das entidades do terceiro setor da época.

Segundo Pinto (2008) O Terceiro Setor chega ao Brasil por intermédio da Fundação Roberto Marinho. Caracteriza-se por neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica das três esferas: Estado, como "primeiro setor"; Mercado, como "segundo setor"; e a sociedade civil, como "terceiro setor". Colocando o social como responsabilidade apenas da sociedade civil, tomando-a de maneira despolitizada, deseconomizada e desistoricizada. Ou seja, esvaziando-a de seu conteúdo de lutas de classes.

Conforme defendido por, TakeshyTachizawa (2002), quanto ao surgimento das ONGs no Brasil:

> ... As ONG's, historicamente, começam a existir em anos de regime militar, acompanhando um padrão característico da sociedade brasileira, onde o período autoritário convive com a modernização do país e com o surgimento de uma nova sociedade organizada, baseada em ideários de autonomia em relação ao estado, em que sociedade civil tende a confundir-se, por si só, com oposição política.

O surgimento destas entidades pode ser considerado um marco na história da nossa sociedade, pois estas instituições significam mais do que a união de pessoas em prol da sociedade, mas é um complemento para as ações do governo, através da prestação de serviços para aqueles que mais precisam e ainda aos serviços que o poder público não comporta.

Conforme descrito em sua obra Drucker (1994) descreve em poucas palavras, mas de forma real, o verdadeiro significado que estas entidades representam:

> "Todas as instituições sem fins lucrativos têm algo em comum: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é toda uma vida transformada."

De acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS (2013) o terceiro setor é representado pelas entidades sem finalidade de lucro. A característica principal dessas organizações é que não visam ao lucro. Os recursos são oriundos da própria atividade, além de doações, subvenções e financiamentos, sendo que a sua aplicação deve ser integralmente na própria atividade a qual foi instituída, de acordo com estatuto. No caso de eventual superávit este não deve ser distribuído aos associados/membros. Portanto, o resultado superavitário deverá ser reinvestido nas atividades-fins das entidades.

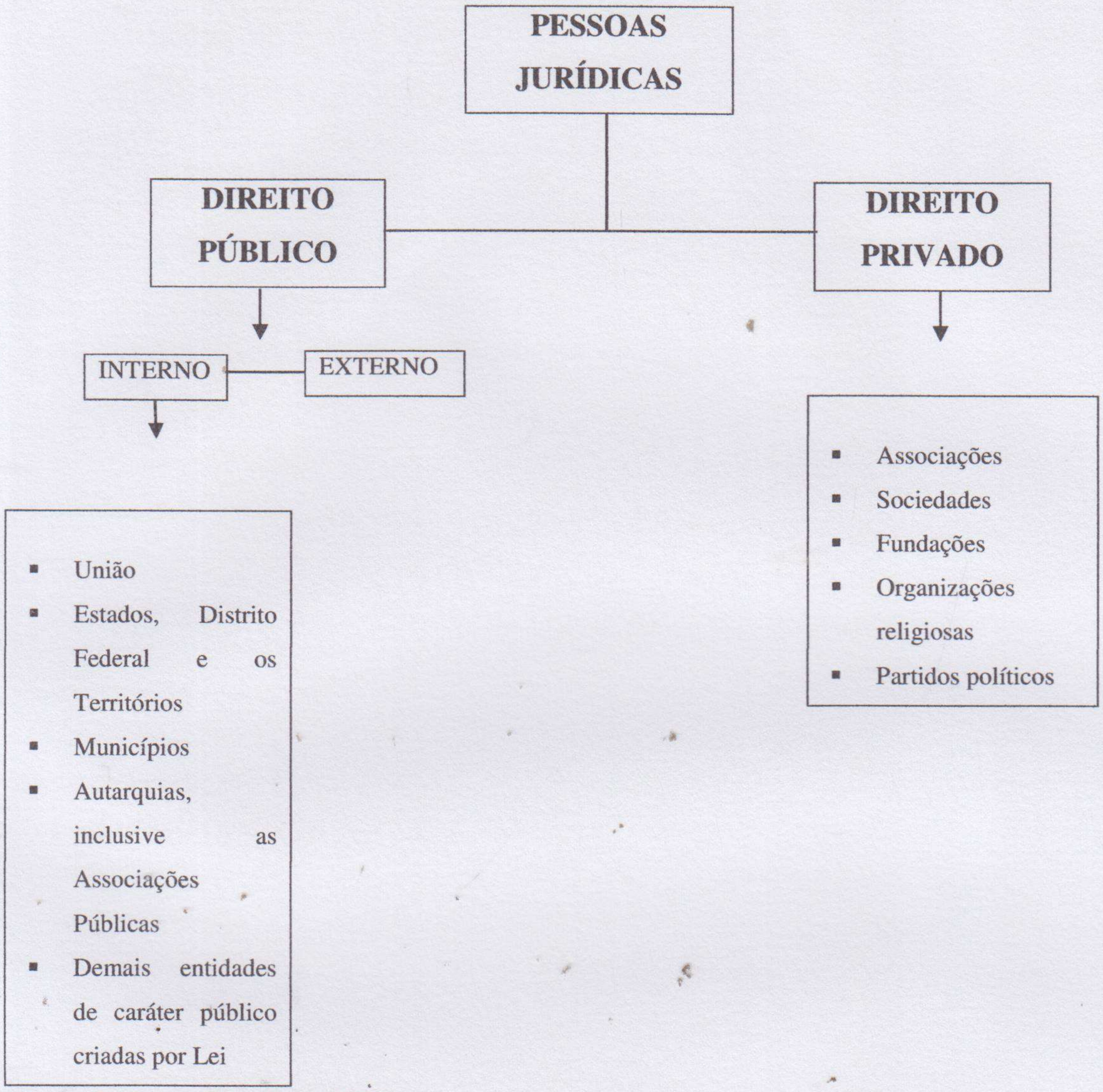
Para a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) - 2013, fundada em 1991, em seu estatuto social, art. 2º, são consideradas entidades do terceiro setor:

> [...] as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação ou associação, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático [...].

Como defende Rocha (2013) um renomado pesquisador do *Terceiro Setor,* os entes que estão situados entre os setores: empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor). Os entes que integram o Terceiro Setor são entes privados, não vinculados à organização centralizada ou descentralizada da Administração Pública, que não almejam entre seus objetivos sociais o lucro e que prestam serviços em áreas de relevante interesse social e público.

Segundo o Código Civil Brasileiro (2002) em seu artigo 40 ao 42, as pessoas jurídicas estão divididas da seguinte forma:

Figura 1: Divisão das Pessoas Jurídicas no Brasil



Fonte: Código civil brasileiro (2002)

De acordo com a figura acima se evidencia que o terceiro setor caracteriza-se dentro do direito privado, ou seja, são instituições autônomas que de maneira alguma podem sofrer interferência do poder público. Possuem total autonomia para a tomada de decisões. Dentro do direito privado, são consideradas entidades do terceiro setor as associações, Fundações, organizações religiosas e partidos políticos.

São diversas as definições a cerca do terceiro setor, mas o conceito que melhor representa estas entidades de forma completa e objetiva, são as palavras do autor Salomon (1994), onde afirma que estas entidades constituem um conjunto de organizações da sociedade civil, originadas nas iniciativas de cidadãos, que tem por objetivo a prestação de

UNI-RN

serviços a sociedade em áreas como saúde, educação, cultura, direitos civis, moradia, proteção ao meio ambiente e desenvolvimento do ser humano.

De acordo com Takeshy Tachizawa (2002), para se constituir uma ONG no Brasil deve-se obedecer aos seguintes passos:

- Mobilizar e convocar uma reunião por meio de telefone, cartas, rádio, panfletos, jornais, e outros meios, para sensibilizar as pessoas em relação à importância da criação da entidade proposta.
- Em seguida deve ser realizada uma assembléia geral de fundação da entidade, onde irão redigir a primeira proposta do estatuto social, que após as correções necessárias deve ser aprovado. Neste momento também deve haver um livro de atas onde todos os presentes devem assinar.
- O terceiro passo é a posse da diretoria, que irá seguir o que foi aprovado em estatuto. Neste momento considera-se fundada a entidade.
- Para se registrar, é preciso levar todos os documentos de fundação, como o estatuto, ata de fundação, assinaturas dos presentes, relação dos sócios fundadores, relação da qualificação da diretoria, ao Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas para ser reconhecida.

3.2 Terceiro Setor No Brasil

No ano de 2010, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), no Brasil, existiam oficialmente 556,8 mil entidades sem fins lucrativos, distribuídas em diversas categorias de atuação, como habitação, saúde, educação, cultura, religião, sindicatos, associações, partidos políticos, meio ambiente entre outras. Na tabela abaixo podemos ver a distribuição destas entidades de forma mais detalhada:

Tabela 1: Classificação das ONG's no Brasil

ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS NO BRASIL	
Classificação	**Nº de entidades**
Habitação	292
Saúde	6 029
Cultura e recreação	36 921
Educação e pesquisa	87 948
Assistência social	30 414
Religião	82 853
Partidos políticos, sindicatos, associações patronais e profissionais	76 642
Meio ambiente e proteção animal	2 242
Desenvolvimento e defesa de direitos	42 463
Outras instituições privadas sem fins lucrativos	191 042
TOTAL	**556 846**

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2010. Adaptado.

Diante dos dados apresentados é notável a amplitude que este setor ganhou no Brasil e o crescimento rápido que estas entidades tiveram na década de 1990. Isto representa um avanço para a sociedade, pois tratam-se de instituições que atuam em diferentes áreas sociais, buscando ajudar no enfretamento das diferenças sociais, com políticas, projetos e ações que visam sanar os problemas que o poder público não consegue resolver. Todavia o tamanho do terceiro setor no Brasil ainda é impreciso, entretanto, há rumores de que sua participação na economia seja relevante inclusive no mercado de trabalho, empregando uma massa significativa de trabalhadores.

Do total destas entidades existentes no país, a região nordeste conta com 114 700 unidades, representando 20,6 % do montante. No Rio Grande do Norte, baseado no último

censo realizado pelo IBGE (2010), existem 7.210 instituições, que corresponde a 1,3 % do total no País. A região que lidera em números de entidades é a região sudeste com 261.468, seguida da região sul com 121.961, e o Nordeste fica em terceiro lugar nesta classificação.

Isto significa que o estado do RN possui um número significativo de ONGs e que estas necessitam de um olhar especial, principalmente em relação a sua contabilidade, pois é através dela que a instituição poderá ter um gerenciamento de sucesso.

3.3 O papel da Contabilidade No Terceiro Setor

Segundo Monser (2010), a contabilidade pode desempenhar um papel importantíssimo no atendimento às dificuldades enfrentadas por estas entidades. Pelo Novo Código Civil de 2002 toda pessoa jurídica necessita adotar um sistema de contabilidade sob a responsabilidade de um contador devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade de seu domicílio, a fim de realizar a escrituração dos fatos ocorridos, elaborar os relatórios e demonstrativos contábeis, orientar a condução do negócio, apresentar ideias e o desempenho das atividades institucionais.

Estamos passando por uma era chamada Era do Conhecimento, onde a informação é a principal ferramenta para a construção de uma sociedade cada vez mais esclarecida e informada. Neste contexto, se fortalece ainda mais a importância da informação contábil para uma boa gestão nas organizações.

Segundo Olak e Nascimento (2008) os relatórios da prestação de contas têm por finalidade o fornecimento de informações referentes às atividades desenvolvidas pela entidade, o público atendido, a movimentação financeira e bancária da instituição, quantidade de colaboradores remunerados e voluntários que atuam na entidade, aos convênios celebrados pela organização e ao parecer e relatório de auditoria independente.

As entidades do Terceiro Setor por possuírem uma maior fragilidade nos aspectos financeiro, operacional e gerencial e por despertarem muitas vezes desconfiança, a utilização da informação contábil torna-se muito mais relevante.

Segundo Machado (2011), uma contabilidade precisa ser bem apresentada e dá visibilidade às atividades de uma entidade, de forma clara, objetiva, sem margens para dúbias interpretações; o que é de suma importância para as entidades sociais.

Ainda para Machado (2011), tanto fundações quanto às associações devem manter contabilidade organizada, bem como manter pelo prazo de cinco anos os controles internos

que comprovem terem prestado serviços sócio assistenciais e, ainda, o cumprimento das obrigações acessórias e principais para os órgãos fiscalizatórios.

É função da contabilidade, zelar pelo atendimento das obrigações acessórias e principais comuns a todas as pessoas jurídicas, tais como elaboração da: DIPJ (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica), DIRF (Declaração de Imposto de Renda Retido na fonte), DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Federais), DACON (Demonstrativos de Contribuições Sociais), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social), entre outras. A adequação e transparência das ações demonstradas pela contabilidade repercutem na boa imagem da Instituição na sociedade em busca de novos apoiadores às suas atividades, bem como na busca de títulos de utilidade pública municipal, estadual, federal, para que possa ser possível a obtenção de mais recursos privados e ainda públicos.

Além das funções acima citadas, o contabilista desempenha outras funções essenciais nas ONG's, auxiliando a diretoria na tomada de decisões, através de demonstrações contábeis confiáveis e bem elaboradas. Através destes relatórios a diretoria terá o suporte necessário para elaborar seu planejamento, suas ações a serem executadas, como também a dar maior visibilidade aos recursos recebidos de terceiros. Será possível analisar o destino correto, como também as disponibilidades para eventos futuros.

> O contador toma para si uma boa parte da responsabilidade da sobrevivência destas entidades, tendo em vista que ele é responsável pelas práticas contábeis adotadas pelos demonstrativos contábeis e pelo cumprimento das obrigações acessórias. E, estes instrumentos transmitem ao público atendido, aos órgãos fiscalizadores e ao público interno, a grande relevância destas entidades para a sociedade (MACHADO, 2011, p. 146).

De acordo com o Novo Código Civil (2003) o contador responde juntamente com os administradores pelos atos praticados em nome de uma Entidade. E, segundo Young (2009), mesmo não assalariado o administrador responde pelas dívidas da associação com seus bens particulares, podendo ser penhorados, já que as associações não possuem patrimônio para satisfazer dívida trabalhista.

Como vimos o profissional da área contábil assume um papel muito importante na sobrevivência, ou seja, na sustentabilidade econômica e financeira, das entidades do Terceiro Setor, pois auxiliará estas entidades, tornando as ações da gestão transparentes, em especial através das demonstrações contábeis devidamente elaboradas e obrigações acessórias

atendidas de forma a apresentar a todos os interessados (público atendido, órgãos fiscalizadores e público interno) o quanto estas instituições contribuem qualitativamente e quantitativamente para com a sociedade, a relevância e a seriedade das Entidades Sociais.

É possível perceber que as empresas podem participar e assumir compromissos de responsabilidade social, e os profissionais da Contabilidade podem desempenhar um papel muito importante sendo agentes neste processo através da captação de recursos e fornecendo Serviços contábeis adequados ao setor, o qual detém várias particularidades e exigências a serem atendidas quanto às prestações de contas e manutenção de seus títulos.

Os contadores precisam auxiliar as entidades sem fins lucrativos fornecendo soluções, sugerindo aos clientes com potencial de doação, por exemplo, a participação em projetos com fins sociais, passíveis de abatimento em seus tributos; e orientando a um maior comprometimento socioambiental, evidenciando investimentos, neste sentido, passíveis de serem realizados, sem afetar as suas saídas de caixa. Pois impostos que seriam recolhidos aos cofres públicos, podem ser direcionados diretamente e legalmente às entidades sem fins lucrativos, devidamente constituídas.

3.4 ITG 2002- Entidades Sem Finalidade De Lucros

No Brasil existe um conjunto de regras e procedimentos que são as NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade. Estas devem ser utilizadas pelo profissional da contabilidade no momento da realização do seu trabalho, atendendo os princípios, requisitos, conceitos e estrutura qûe são determinadas. As NBCs são criadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e seguem os padrões das Normas Internacionais de Contabilidade. Todavia algumas destas Normas foram revogadas devido à publicação de algumas ITGs (Interpretação Técnica geral), que deverão ser utilizadas como referência nos procedimentos contábeis em substituição a norma.

Neste trabalho será abordada a ITG 2002 aplicada a uma instituição do terceiro setor, ou seja, a interpretação que determina os parâmetros para elaboração das demonstrações contábeis das Organizações sem Fins Lucrativos. Esta interpretação foi publicada e entrou em vigor no ano de 2012, e substituiu as NBC T 10.19 - Entidades sem finalidade de lucros, NBC T 10.18 Entidades Sindicais e Associações de Classe e NBC T 10.4 Aspectos Contábeis entidades diversas Fundações.

Segundo esta interpretação as entidades sem finalidade de lucros são aquelas em que o resultado positivo não é destinado aos detentores do patrimônio líquido e o lucro ou prejuízo

são denominados, respectivamente, de superávit ou déficit. São consideradas neste contexto a entidade constituída sob a forma de fundação de direito privado, associação, organização religiosa, partido político e entidade sindical.

No item reconhecimento a interpretação destina-se a pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios da Justiça, Educação, Saúde, Cultura, Previdência, Desenvolvimento Social e Combate a Fome e ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais. Esta Interpretação aplica-se também à entidade sindical, seja confederação, central, federação e sindicato; a qualquer associação de classe; as outras denominações que possam ter, abrangendo tanto a patronal como a de trabalhadores, sendo, requisito básico, aglutinarem voluntariamente pessoas físicas ou jurídicas, conforme o caso, unidas em prol de uma profissão ou atividade comum.

De acordo com a ITG 2002, no item reconhecimento, as receitas e despesas devem ser reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial o regime de competência.

Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas e despesas, com ou sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção, contribuição para custeio e investimento, bem como da isenção, incentivos fiscais registrados no ativo deve ser em conta especifica do passivo. As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parceiras e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. Os benefícios concedidos a título de gratuidade devem ser reconhecidos de forma segregada, destacando-se aqueles que devem ser utilizados em prestações de contas junto aos órgãos governamentais.

A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados. O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido. A bolsa de estudo, concedida como gratuidade escolar, deve ser reconhecida pelo valor da

UNI-RN

mensalidade efetivamente praticada. Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por órgãos governamentais e usuários em geral. A dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetários, no caso das Fundações, é considerada doação patrimonial e reconhecida em contado patrimônio social. O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Aplica-se aos ativos não monetários a Seção 27 da NBC TG 1000 que trata da redução ao valor recuperável de ativos e a NBC TG 01, quando aplicável. Na adoção inicial desta Interpretação e da NBC TG 1000 ou das normas completas (IFRSfull), a entidade pode adotar os procedimentos do custo atribuído (*deemedcost*) de que trata a ITG 10.

As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.

No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Liquido; e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit. Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período. Na demonstração do resultado, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade. Na demonstração dos fluxos de caixa, as doações dos associados devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.

Conforme a ITG 2002 As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as informações constantes nos itens "A" ao "O" do tópico divulgação.

3.5 Isenção e Imunidade Tributária

Devido ao importante trabalho desenvolvido pelas ESFL (entidades sem fins lucrativos), existem alguns benefícios que são concedidos como forma de incentivo e estimulo a continuidade das suas atividades. Por isto, se faz necessário falar um pouco sobre alguns desses benefícios, que são a imunidade e isenção tributária, pois muitas pessoas confundem

seus conceitos, e apesar de ambas estarem relacionadas à carga tributária, é preciso entender seus reais significados.

A imunidade é prevista em Constituição Federal, ou seja, quando a instituição é imune, ela já nasce sem qualquer obrigação tributária, onde o estado não tem o direito de cobrar destas entidades qualquer tributo. Já a isenção, é concedida pelo próprio estado, pois a entidade nasce com a obrigação, mas é dispensada pelo estado no recolhimento de tributos.

Tabela 2: Diferenças entre imunidade e isenção

IMUNIDADE	ISENÇÃO
Estabelecida na Constituição	Estabelecida em Lei Infra-constitucional.
Impostos sobre o Patrimônio, Renda ou Serviços.	Podem atingir quaisquer modalidades de tributos, em qualquer esfera (municipal, estadual ou federal).

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Segundo a Constituição Federal (1988), em relação à imunidade de impostos:

> Artigo 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas aos contribuintes, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
>
> VI - Instituir impostos sobre:
>
> c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei (sem realces no original);

Desse modo, pode-se compreender que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios não têm competência legislativa para instituir impostos sobre renda, patrimônio e serviços e contribuições sociais sobre as entidades mencionadas.

Segundo o Carvalho (2008), a imunidade, para tais entidades englobam os seguintes impostos: Imposto sobre a Renda – IR; Imposto sobre Serviços – ISS; Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores — IPVA; Imposto Territorial Rural; ITBI - quando a entidade adquirir imóvel será imune. Não estão inclusos na imunidade o IPI, o ICMS, o IOF e o Imposto de Importação e Exportação, por não se tratarem de impostos incidentes sobre renda, patrimônio e serviços. Todavia, em recente decisão em sede de agravo regimental em agravo de instrumento, o Supremo Tribunal Federal

decidiu por considerar que as entidades de assistência social têm direito à imunidade também em relação ao IPI e ao Imposto de Importação.

Quanto à isenção, é uma espécie de favor fiscal dado pelo estado, concedido por lei, que consiste em dispensar o pagamento de um tributo devido. De acordo com o código tributário Nacional, "a isenção mesmo que prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para sua concessão, os tributos a que se aplique e, sendo o caso, o prazo de sua duração" (art. 176 do CTN).

UNI-RN

4 METODOLOGIA

Para Gil (2002) pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

4.1. Tipologia da pesquisa

Na análise dos dados foi utilizada a estratégia de descrição de casos. Ou seja, em relação aos objetivos da pesquisa, esta se classifica como descritiva. Pois foi feita a análise, o registro e a interpretação dos fatos. A pesquisa descritiva visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis. Para realizar a análise da aplicação da ITG 2002, foi escolhida a instituição não governamental denominada Casa do Bem de Natal. Esta escolha deve-se ao porte da entidade, devido ao nível de organização como também ao fato do relevante serviço prestado no município de Natal.

O trabalho apresentado caracterizou-se como uma pesquisa do tipo descritiva, que segundo Gil (2010) proporciona uma maior familiaridade com o problema que originou a obra, realizando-se um levantamento bibliográfico acerca dos assuntos que embasaram a questão e seguindo-se da verificação da problemática apresentada, trazendo resultados que possam contribuir para o desenvolvimento de novas perspectivas e estudos sobre um determinado tema.

Este trabalho traz uma abordagem qualitativa, pois pretende descrever os comportamentos e ações da amostra. Segundo Rodrigues (2007) nesta abordagem as informações obtidas não podem ser quantificáveis, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo.

4.2. Coleta de dados

Como o objetivo deste trabalho foi o de verificar se as demonstrações contábeis estão sendo elaboradas em conformidade com a ITG 2002 e quais os procedimentos contábeis utilizados pela entidade, foi adotado o método de estudo de caso. Este método foi adotado para este trabalho pelos pesquisadores possuírem mais acessibilidade aos documentos internos da organização analisada, bem como aos seus gestores e funcionários, proporcionando a

oportunidade de um estudo mais profundo e esclarecedor do que seria possível através de outros métodos de pesquisa conhecidos.

A coleta de dados foi realizada através de várias fontes de informações, como análise documental e entrevistas. Os documentos analisados foram acessados de forma impressa e eletrônica. Foram consultados: as planilhas orçamentárias, os relatórios das atividades e de utilização dos recursos e todas as demonstrações contábeis feitas pela instituição. Esta análise permitiu verificar de que forma está sendo executada a contabilidade da instituição, quais as práticas mais utilizadas com também os parâmetros utilizados como referência em sua contabilidade. As entrevistas foram realizadas utilizando-se um questionário que norteou a condução da pesquisa, contudo, tendo sido feitos também outros questionamentos não previstos no instrumento que surgiram durante cada entrevista. Foram entrevistados os presidentes, e o encarregado responsável pela gestão dos recursos financeiros.

Foram realizadas também observações diretas na organização, com o objetivo de atestar as informações coletadas por meio de relatórios e entrevistas, bem como verificar a rotina da organização na gestão dos recursos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para alcançar os resultados esperados foram realizadas diversas coletas de dados, nas quais podemos identificar e analisar algumas das práticas contábeis adotadas pela instituição Casa do Bem de Natal. De acordo com o questionário aplicado abordando questões voltadas para a contabilidade da instituição, percebe-se que há uma preocupação com os procedimentos contábeis adotados, uma vez que a instituição possui um profissional habilitado pelo Conselho Federal de contabilidade que responde legalmente pela elaboração destas demonstrações contábeis e ainda mantém a escrituração regularmente elaborada. Estas demonstrações são feitas com frequência razoável, atendendo as exigências cabíveis.

A instituição Casa do Bem de Natal, apresenta através do seu site, na internet, todas as demonstrações elaboradas, fazendo assim de forma transparente uma prestação de contas aos usuários, como também a todos aqueles que quiserem ter acesso. A entidade elabora as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Livro Razão, Livro Diário, DRE, Fluxo de Caixa, DLPA, DOAR e Balancetes.

A fim de facilitar a análise dos procedimentos contábeis adotados, e ainda identificar se estes estão de acordo com a Interpretação Técnica Geral 2002, foi elaborado um chek list, abordando os procedimentos exigidos por tal norma. Em seu tópico I, em relação ao Reconhecimento e Registros contábeis, percebe-se que a ITG 2002 é quase totalmente atendida, pois apenas um dos itens ainda não está sendo praticado, que é a utilização da conta patrimônio Social, que deveria substituir a conta patrimônio líquido. Os demais itens estão sendo atendidos, como o regime da competência, contas segregadas, provisões em montante suficiente, e o reconhecimento de dotação inicial em conta de patrimônio social.

I – Reconhecimento e Registros contábeis	**Sim**	**Não**	**Não se Aplica**	**Obs:**
Receitas e as despesas - regime contábil de competência	X			
Doações e subvenções - receita no resultado	X			
Os registros contábeis devem evidenciar receitas e despesas, com ou sem gratuidade, superávit ou déficit, de forma	X			

UNI-RN

segregada, identificáveis por tipo de atividade, tais como educação, saúde, assistência social e demais atividades.				
As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção através de convênios, editais, contratos, termos de parceiras e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade.	X			
A entidade sem finalidade de lucros deve constituir provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas, com base em estimativa de seus prováveis valores de realização e baixar os valores prescritos, incobráveis e anistiados.	X			
Utilizar as contas de Superávit ou déficit no Patrimônio Social.		X		
Os registros contábeis devem ser segregados de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas por órgãos governamentais e usuários em geral.	X			
A dotação inicial disponibilizada pelo instituidor/fundador em ativo monetário ou não monetários, no caso das Fundações, é considerada doação patrimonial, e reconhecida em conta do patrimônio social.	X			

Em seu II tópico, em relação às demonstrações contábeis, a instituição também está atendendo as especificações da norma, pois todas as demonstrações exigidas estão sendo elaboradas, porém vale salientar que em seu último exercício de 2012 não foi identificada a demonstração do fluxo de caixa e ainda em seu balanço patrimonial está sendo utilizada a conta patrimônio líquido onde deveria ser utilizada a conta patrimônio social. Os demais relatórios contábeis estão sendo feitos conforme a norma.

II – Demonstrações Contábeis	**Sim**	**Não**	**Não se Aplica**	**Obs:**
As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, conforme previsto na NBC TG 26 ou na seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável.	X			
No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Liquido; e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados por Superávit ou Déficit. Nas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídos por superávit ou déficit do período.		X		
Na demonstração dos fluxos de caixa, as doações dos associados devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais.	X			

No seu terceiro tópico sobre contas de compensação, não está sendo atendida a norma, pois não foram identificadas tais contas no balanço patrimonial.

III – Contas de compensação	**Sim**	**Não**	**Não se Aplica**	**Obs:**
Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidenciação contábil.		X		

Também não foram identificadas as notas explicativas que trata o tópico IV da norma, onde diz que as demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham diversas informações de acordo com a ITG 2002.

IV – Divulgação	**Sim**	**Não**	**Não se Aplica**	**Obs:**
As demonstrações contábeis devem ser complementadas por notas explicativas que contenham, pelo menos, as seguintes informações: Item 27 (A ao O) da ITG 2002.		X		

De acordo com a análise feita, percebemos que há atendimento a norma, uma vez que, mesmo alguns dos requisitos não sendo atendidos, os mais relevantes pontos da ITG 2002 para entidades sem fins lucrativos são considerados na construção das suas demonstrações contábeis. Isto demonstra, por parte da entidade, que existe uma preocupação com a padronização e elaboração da sua contabilidade. Os demais requisitos ainda não atendidos de acordo com a norma, foi o ponto negativo encontrado nesta pesquisa que objetivou justamente evidenciar esta realidade da instituição Casa do Bem de Natal.

UNI-RN

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração do presente trabalho, podemos analisar de forma aprofundada, como está sendo executada a contabilidade da Casa do bem de Natal, como também demonstrar o que representa o terceiro setor, abordando diversos aspectos, bem como elucidando a extrema importância da contabilidade para o mesmo.

Baseando-se nos dados pesquisados, podemos notar que a instituição Casa do Bem de Natal está executando sua contabilidade em conformidade com a Interpretação Técnica Geral 2002. Pois está elaborando periodicamente as demonstrações contábeis exigidas, como também adotando as práticas contábeis adequadas para a instituição. Vale ressaltar que alguns dos requisitos da norma ainda não estão sendo atendidos, conforme evidenciado na análise dos dados, porém nota-se que na sua maioria sim.

Um dos pontos que merece destaque dentro desta pesquisa, é que a entidade faz a publicação de forma transparente, utilizando seu site na internet, de todas as suas demonstrações contábeis elaboradas. Desta forma, contribui para que todos tenham acesso a estas informações, e possam visualizar de que forma estão sendo aplicados os recursos. A instituição abriu suas portas de forma muito acolhedora para que fosse feita a visita, a aplicação do questionário, como também o registro de várias fotografias. Tiveram muita presteza em responder os questionamentos e também em fornecer as informações necessárias, através do seu presidente e demais membros daquela instituição. Assim facilitou a construção deste trabalho e a análise pretendida.

Nesta pesquisa também foi possível notar que o Terceiro setor é uma das áreas que têm crescido amplamente, e que desempenha um papel importantíssimo para a sociedade devido aos serviços que as instituições deste segmento prestam. Todavia nota-se que ainda não é dada a devida importância que deveria para este setor, uma vez que existe uma grande burocracia para a obtenção de registros e certificados. E ainda é notória a desvalorização do profissional da contabilidade para este setor, pois ainda existe uma mentalidade de que são entidades sem fins lucrativos então não há necessidade de manter uma correta escrituração contábil, nem um auxílio na gestão e controle das atividades. Por isto é necessário que existam leis e decretos voltados para a contabilidade destas instituições para que valorizem mais o seu papel.

É necessário ainda dizer que, mesmo com o reconhecido e importante trabalho desempenhado pelo comitê de pronunciamentos contábeis no Brasil, é indispensável elaborar a crítica de que ainda não se deu a devida importância para a elaboração de um CPC voltado

para o terceiro setor. Sabemos que é de suma importância o trabalho que estas entidades prestam hoje para nossa sociedade, buscando realizar ações sócias, educativas, culturais entre outras, ajudando ao poder público a sanar os anseios da população, e precisam ter um suporte, tanto gerencial quanto na sua contabilidade, para poder manter suas atividades. Desta forma, temos que buscar alternativas e procedimentos contábeis disponíveis para auxiliar o profissional da contabilidade que atua no terceiro setor, pois ainda não existe nenhum CPC elaborado especificamente com os procedimentos contábeis para entidades sem fins lucrativos no País. Isto, infelizmente dificulta a elaboração da contabilidade destas instituições e o desempenho dos profissionais que atuam nesta área. Atualmente deve-se utilizar como parâmetro para a contabilidade destas instituições, a ITG 2002 - Interpretação Técnica Geral (entidades sem finalidade de lucros).

Diante de tudo que exposto neste trabalho, pode-se afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados com sucesso, pois foram realizados todos os estudos pretendidos, questionários aplicados, foram feitas análises documentais, que foram cedidas pela empresa sem nenhuma dificuldade, como também se teve acesso através do website da instituição, de todos os relatórios contábeis elaborados. Desta forma foram obtidas todas as respostas necessárias para analisar a aplicabilidade da norma em estudo, e se obteve um resultado positivo, pois ficou constatado que a entidade está realizando sua contabilidade em conformidade com a ITG 2002.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Verônica Eberle de; ESPEJO, Robert Armando. Contabilidade no Terceiro Setor. Curitiba, PR; IESDE Brasil, 2012.

Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor. 2ª Ed. (São Paulo: MP Editora, 2008. Coordenação de Cristiano Carvalho e Marcelo Magalhães Peixoto).

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ONG's - ABONG. Acesso em: 20 de maio de 2013.

Auxílio da contabilidade na sustentabilidade econômica e financeira das Entidades do Terceiro Setor. Faculdade Antonio Meneghetti, Leandra Calegare, Breno Augusto Diniz Pereira.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social. 2. ed. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – RS. Acesso em: 15 de maio de 2013.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Acesso em: 01 de junho de 2013.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Administração de organizações sem fins lucrativos: Princípios e Práticas. São Paulo: Pioneira, 1994, p. XIV.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo Atlas, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). As Fundações privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil-2010. Disponível em:<http:// www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

UNI-RN

Lester Salomon, apud R. C. Fernandes. Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina (Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994), p. 19.

LIMA, Marcilene Barros. Organizações Não Governamentais (ONGs): Um estudo sobre a transparência na elaboração da prestação de contas e dos relatórios financeiros emitidos nas organizações não governamentais do DF. Brasília, 2011.

MACHADO, M. R. B. Entidades beneficentes de assistência social. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

MONSER, N. Terceiro setor em foco. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, ano 2010. p. 14-17, maio, 2010.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D.T. do. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor). 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Thalita Bellieny. Terceiro Setor e Serviço Social: Questões para o debate. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ROCHA, Silvio Luis Ferreira. Terceiro Setor – São Paulo, Malheiros, 2003, pág.13.

RODRIGUES, William Costa. Metodologia Científica. Paracambi: FAETEC/IST, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, Cleston Alexandre dos. Práticas de Contabilidade das Organizações sem fins lucrativos de Curitiba/Cleston Alexandre dos Santos, 2010.

TACHIZAWA, Takeshy. Organizações não governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e estatégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

YOUNG, L. H. B. Entidades sem fins lucrativos: Imunidade e Isenção Tributária – resumo prático. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2009.

8 APÊNDICES

UNI-RN

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE – UNI RN

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2010.1

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II

ALUNA: ELISIANE BORGES DE OLIVEIRA – 8º PERÍODO

QUESTIONÁRIO

(Aplicado na instituição CASA DO BEM DE NATAL)

1. A instituição Casa Do Bem De Natal realiza sua contabilidade regularmente? É feita por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade?

2. Quais parâmetros (legislação) são utilizados como referências na elaboração destas demonstrações?

3. Quais os relatórios e demonstrações contábeis são feitos pela instituição? São divulgados publicamente? Qual periodicidade?

4. Em quais meios de comunicação são publicadas estas demonstrações?

5. De que forma são fiscalizadas estas prestações de contas? Existe algum controle interno ou auditoria na instituição?

6. Em alguma das demonstrações, é utilizada a Interpretação Técnica Geral 2002 (ITG 2002) – Entidades sem finalidade de lucros, publicada pelo Conselho federal de Contabilidade, como referência?

7. De que forma a elaboração das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros podem contribuir para o desempenho de uma gestão mais eficiente dentro da organização?

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO GRANDE DO NORTE

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CARTA DE CONSENTIMENTO

Prezado Diretor,

Eu, Elisiane Borges de Oliveira, matrícula nº 2010A020420, estudante do curso de graduação em Ciências Contábeis no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI_RN), estou realizando uma pesquisa sob a supervisão da Professora, esp. Lis Daiana Bessa Taveira, cujo objetivo é fazer um estudo de caso sobre a aplicabilidade da ITG 2002 na Instituição *Casa do Bem de Natal*.

Sua contribuição envolve uma pesquisa através de questionário.

A participação neste estudo é voluntária e se você ou sua empresa decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.Esta instituição contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas a pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores (professora Lis Daiana Bessa Taveira e aluna Elisiane Borges de Oliveira) fone 84 96891600.

Natal, 09 de novembro de 2013.

Atenciosamente,

Aluna: Elisiane Borges de Oliveira
Matrícula: 2010A020420

FLÁVIO DE REZENDE

Responsável pela Instituição Casa do Bem de Natal

Flávio Leite Dantas de Rezende
Pres. Casa do Bem
CNPJ: 07.535.041/0001-21


NATAL
Dr. Fernando
Rezende
Casa
do Bem
Fazer o bem sem olhar a quer
www.casadobem.org.br




GLEYDSON

